





**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

As operações da CSU CardSystem S.A. ("CSU" ou "Companhia") compreendem a prestação de serviços de processamento de cartões de crédito e de uso múltiplo, de gestão e operacionalização de teleatendimento e televidas (*contact centers*), de cobrança e análise de crédito, de desenvolvimento e gestão operacional de programas de relacionamento, fidelização e aquisição de clientes e a prestação de serviços a empresas que operam no credenciamento de estabelecimento para realização de transações eletrônicas, contemplando a implantação, operacionalização e gestão de rede de capturas de transações eletrônicas de meios de pagamento. A Companhia está sediada na cidade de Barueri, no Estado de São Paulo. A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada em reunião de Diretoria ocorrida em 29 de fevereiro de 2012.

**2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir, aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais, relativamente às operações da Companhia, estão, também, de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais dessas estimativas podem apresentar variações que, no período em que forem verificadas, serão reconhecidos no resultado. As principais estimativas e julgamentos aplicados incluem: avaliação sobre a realização das contas a receber de clientes, para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa; avaliação sobre risco de perdas em processos judiciais nos quais a Companhia seja parte ré, para fins de mensuração de provisões para perda de negociação; avaliação sobre a realização das contas a receber de caixa, tendo em consideração as respectivas receitas e projeção de resultados tributários futuros, para identificação da recuperabilidade dos créditos fiscais diferidos; e determinação de vidas úteis econômicas do ativo imobilizado e intangível e de sua recuperação nas operações. Detalhes sobre estas estimativas contábeis e julgamentos estão apresentados na Nota 3. Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs/IFRS, com vigência a partir de 2011, que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **2.2. Apresentação de informação por segmentos:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com relatórios internos fornecidos para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais e estratégicas, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é o Conselho de Administração. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Os valores incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados e apresentados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"), qual seja o real. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários e investimentos com vencimentos originais de até três meses, com alta liquidez, mantidos em instituições financeiras e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **2.5. Ativos financeiros - classificação, reconhecimento e mensuração:** A Companhia classificou todos os seus ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, sendo determinada no vencimento inicial. As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação, sendo sua baixa registrada quando os direitos de propriedade são transferidos, bem como quando o titular não tiver sido transferido, e, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido significativamente, todos os riscos e os benefícios. **(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. **(b) Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data-base do balanço, sendo estes classificados como ativos não circulantes. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes", "demais contas a receber", "caixa e equivalentes de caixa" e "empréstimos e recebíveis de terceiros". **(c) Ativos mensurados ao custo amortizado:** São ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Na data do balanço é avaliado se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou em um grupo de ativos financeiros e, quando identificada, uma provisão é registrada e reconhecida na demonstração do resultado. **2.6. Impairment de ativos financeiros:** (a) **Ativos mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro pode ser estimado. **(b) Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem a valores devidos de uma carteira de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são avaliadas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos por seus clientes. A avaliação da existência de *impairment* é baseada na análise individualizada dos clientes em atraso, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados e empresas especializadas em cobranças. O valor justo das contas a receber de clientes classificadas no ativo não circulante, bem como aqueles de valor relevante classificados nos procedimentos judiciais em que o resultado desfavorável à Companhia seja possível, é efetuada divulgação nas notas explicativas. Essas determinações são feitas pela administração com base no parecer dos assessores jurídicos da Companhia, de forma que os passivos judiciais e contingências estejam adequadamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. **3.3. Receita de prestação de serviços não faturada:** As receitas da Companhia decorrem principalmente da prestação de serviços, nos termos dos contratos comerciais com os clientes da Companhia. Enquanto não faturada, a receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a etapa de execução dos serviços realizados, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente, de acordo com as condições estabelecidas nos contratos. **3.4. Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias:** Os créditos fiscais de imposto de renda e contribuição social diferidos, incidentes sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, são reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis da Companhia nos próximos exercícios. A administração da Companhia elabora periodicamente, ao final de cada exercício, estudo técnico suportado pela projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários em período inferior a dez anos. Essas estimativas são

periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. **3.5. Vida útil de ativos não circulantes:** Os ativos imobilizados e intangíveis, com exceção do ágio, são depreciados e amortizados com base no método linear, considerando taxas que se aproximam à vida útil econômica dos bens, anualmente revisadas, apresentadas a seguir:

	Vida útil econômica (anos)
Móveis e utensílios	5
Instalações	15
Equipamentos	9
Veículos	6
Beneficiários em imóveis de terceiros	2 a 4
Computadores e periféricos	4

**Vida útil econômica (anos)**

	Vida útil econômica (anos)
Ativo imobilizado	
Móveis e utensílios	5
Instalações	15
Equipamentos	9
Veículos	6
Beneficiários em imóveis de terceiros	2 a 4
Computadores e periféricos	4

**Ativo intangível**

Sistemas de processamento de dados	19
Sistemas de customização	24
Sistema ERP	15
Software Vision Plus	19
Cessão de direitos de uso de software	24
Outros	10

**3.6. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*):** O ativo imobilizado, intangível e demais ativos, incluindo o saldo de ágio na aquisição de investimentos, são revisados anualmente, para identificar eventuais evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. O teste de recuperabilidade dos saldos dos Imobilizados e Intangíveis é efetuado considerando sua recuperação pelo valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado de cada unidade geradora de caixa, com base em premissas e projeções de crescimento, contidos no plano de negócios da Companhia.

**3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. **3.1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização de contas a receber. Para determinar a suficiência da provisão sobre contas a receber de clientes são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos sem garantia real e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada provisão no balanço em montante suficiente para cobertura da perda provável. **3.2. Provisões para passivos judiciais:** As provisões para passivos judiciais são referentes a procedimentos judiciais, de acordo com a probabilidade de perda ou ganho, sendo registradas contabilmente provisões somente para os procedimentos em que a administração julgue como provável um resultado desfavorável à Companhia e com relação ao qual a perda seja estimada em bases razoáveis. Para os procedimentos judiciais em que o julgamento de um resultado desfavorável à Companhia seja possível, é efetuada divulgação nas notas explicativas. Essas determinações são feitas pela administração com base no parecer dos assessores jurídicos da Companhia, de forma que os passivos judiciais e contingências estejam adequadamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. **3.3. Receita de prestação de serviços não faturada:** As receitas da Companhia decorrem principalmente da prestação de serviços, nos termos dos contratos comerciais com os clientes da Companhia. Enquanto não faturada, a receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a etapa de execução dos serviços realizados, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente, de acordo com as condições estabelecidas nos contratos. **3.4. Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias:** Os créditos fiscais de imposto de renda e contribuição social diferidos, incidentes sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, são reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis da Companhia nos próximos exercícios. A administração da Companhia elabora periodicamente, ao final de cada exercício, estudo técnico suportado pela projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários em período inferior a dez anos. Essas estimativas são

periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. **3.5. Vida útil de ativos não circulantes:** Os ativos imobilizados e intangíveis, com exceção do ágio, são depreciados e amortizados com base no método linear, considerando taxas que se aproximam à vida útil econômica dos bens, anualmente revisadas, apresentadas a seguir:

	Vida útil econômica (anos)
Móveis e utensílios	5
Instalações	15
Equipamentos	9
Veículos	6
Beneficiários em imóveis de terceiros	2 a 4
Computadores e periféricos	4

**Vida útil econômica (anos)**

	Vida útil econômica (anos)
Ativo imobilizado	
Móveis e utensílios	5
Instalações	15
Equipamentos	9
Veículos	6
Beneficiários em imóveis de terceiros	2 a 4
Computadores e periféricos	4

**Ativo intangível**

Sistemas de processamento de dados	19
Sistemas de customização	24
Sistema ERP	15
Software Vision Plus	19
Cessão de direitos de uso de software	24
Outros	10

**3.6. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*):** O ativo imobilizado, intangível e demais ativos, incluindo o saldo de ágio na aquisição de investimentos, são revisados anualmente, para identificar eventuais evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. O teste de recuperabilidade dos saldos dos Imobilizados e Intangíveis é efetuado considerando sua recuperação pelo valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado de cada unidade geradora de caixa, com base em premissas e projeções de crescimento, contidos no plano de negócios da Companhia.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

Em 31 de dezembro de 2011, parte dos saldos de aplicações financeiras, no valor de R\$ 2.750, encontra-se cedido fiduciariamente como garantia de operação de fiança. Esse saldo é mantido em instituição financeira de primeira linha e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2011, são representados por depósitos bancários à vista e por aplicações financeiras em títulos de renda fixa, remuneradas pelo CDI e mensuradas ao valor justo por meio do resultado, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa.

	2011	2010
Depósitos bancários à vista		
Bancos - moeda nacional	2.123	1.997
	2.123	1.997
Aplicações financeiras		
Renda fixa - CDB	4.580	
Renda fixa - CDB compromissada	26.595	23.503
	26.595	23.503
Caixa e equivalentes de caixa	25.968	30.080
Aplicações financeiras - curto prazo	2.750	

**5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES - CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE**

O saldo a receber de clientes corresponde, basicamente, ao faturamento dos serviços prestados, cujo recebimento ocorre substancialmente no mês subsequente, bem como a apropriação proporcional da receita pelos serviços prestados até o final do mês de competência e que serão faturados conforme definido nas cláusulas comerciais dos respectivos contratos.

**(a) Composição contas a receber de clientes:**

	2011	2010
Contas a receber - circulante	41.914	47.881
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(20)	(135)
	41.894	47.746
Contas a receber - não circulante	14.593	14.664
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(13.369)	(9.684)
	1.224	4.980

A Companhia mantém registrado e integralmente provisionado, na data do balanço, no ativo não circulante, o valor de R\$ 11.052 (2010 - R\$ 3.684, líquido de provisão), referente a valor devido pela Caixa Econômica Federal - CAIXA, decorrente da prestação de serviços objeto da primeira fase do contrato firmado com a CAIXA em 2005, atualmente em cobrança na esfera judicial conforme descrito na Nota 9(c). A constituição e baixa da provisão para contas a receber são registradas no resultado do exercício como "Outras despesas".

**(b) Composição por idade de vencimento:**

	2011	2010
A vencer		
Em até um mês	34.999	34.970
Acima de quatro meses	4.688	4.688
	34.999	39.658
Vencidos		
Em até um mês	3.787	3.273
De um a dois meses	316	1.124
De dois a três meses	421	354
De três a quatro meses	1.354	536
Acima de quatro meses	15.630	17.600
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.369)	(9.684)
	8.119	13.068
	43.118	52.726

**(c) Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa:**

	2011	2010
Em 1º de janeiro	(9.819)	(6.431)
Provisão constituída	(3.724)	(3.704)
Contas a receber de clientes baixadas durante o período, como incobráveis	154	
Valores não usados, revertidos		316
Em 31 de dezembro	(13.369)	(9.819)
Ativo circulante	(20)	(135)
Ativo não circulante	(13.369)	(9.684)

**6. ESTOQUES**

	2011	2010
Cartões	776	885
Materiais adicionais	276	274
Outros	11	152
	1.063	1.311

**7. PARTES RELACIONADAS**

**7.1.** As transações com partes relacionadas resumem-se a doações realizadas ao Instituto CSU, para manutenção das suas atividades de capacitação de profissionais para o mercado de trabalho promovendo sua inclusão social por meio de cursos gratuitos de informática.

	2011	2010
Empresa	120	110
Instituto CSU		

**7.2. Remuneração aos administradores:** O valor-limite global anual de remuneração por serviços prestados pelo pessoal-chave da administração, que inclui os conselheiros de administração e diretores estatutários, foi fixado para o exercício de 2011 em R\$ 5.875 (2010 - R\$ 4.730), conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2011.

	2011	2010
Honorários	3.998	3.223
Pagamento baseado em ações	22	66
Gratificações e benefícios indiretos	1.443	1.213
	5.463	4.502

**8. IMOBILIZADO**

	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos	Veículos	Beneficiários em imóveis de terceiros	Computadores e periféricos	Total
Em 1º de janeiro de 2010	7.590	9.699	4.124	2.297	7.114	11.233	42.057
Aquisição	976	250	1.129	666	1.670	3.104	7.795
Alienação e baixa		(479)		(190)		(1)	(670)
Transferências	(11)	(1)	(9)		72	(63)	(12)
Depreciação	(1.729)	(1.191)	(1.163)	(605)	(2.328)	(4.120)	(11.136)
Em 31 de dezembro de 2010	6.826	8.278	4.081	2.168	6.528	10.153	38.034
Em 31 de dezembro de 2011							
Custo total	16.393	14.363	7.614	4.773	12.233	47.461	102.837
Depreciação acumulada	(9.567)	(6.085)	(3.533)	(2.605)	(5.705)	(37.308)	(64.803)
Saldo contábil, líquido	6.826	8.278	4.081	2.168	6.528	10.153	38.034
Em 31 de dezembro de 2010	6.826	8.278	4.081	2.168	6.528	10.153	38.034
Aquisição	1.277	842	6.410	273	5.617	3.192	17.611
Alienação e baixa			(18)	(23)	(20)	(61)	
Transferências		(36)	(162)	298	(27)	(571)	(470)
Depreciação	(1.631)	(1.039)	(1.115)	(598)	(3.064)	(3.162)	(10.609)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	6.500	8.045	9.214	2.123	9.031	9.592	44.505
Custo total	17.755	15.200	13.938	4.844	17.831	50.466	120.034
Depreciação acumulada	(11.255)	(7.155)	(4.724)	(2.721)	(8.800)	(40.874)	(75.529)
Saldo contábil, líquido	6.500	8.045	9.214	2.123	9.031	9.592	44.505
Taxa média ponderada de depreciação - %	15,4	6,2	15,2	12,6	33,9	18,4	

A depreciação no exercício alocada ao custo dos serviços prestados monta a R\$ 8.563 (2010 - R\$ 8.471) e a despesas operacionais R\$ 1.911 (2010 - R\$ 1.791). No exercício de 2011, o montante de R\$ 135 (2010 - R\$ 877) foi alocado na demonstração do resultado em gastos com reestruturação, no âmbito do descrito na Nota 25. Das aquisições de imobilizado no exercício, o montante de R\$ 12.103 (2010 - R\$ 5.465) foi efetivado através de arrendamento financeiro.

**8.1. Imobilizado adquirido por *leasing*:**

	2011	2010
Móveis e utensílios		
Custo	11.461	10.898
Depreciação acumulada	(6.486)	(5.192)
Saldo contábil, líquido	4.975	5.706
Instalações		
Custo	13.808	13.042
Depreciação acumulada	(6.692)	(5.831)
Saldo contábil, líquido	7.116	7.211

**9. INTANGÍVEL**

	Sistemas de processamento de dados	Sistemas de "customização"	Sistema ERP	Software Vision Plus	Cessão de uso de software	Software Card 24	Outros (*)	Ágios Raii Sul e Marketsystem	Total
Em 1º de janeiro de 2010	259	55.278	1.808	12.102	26.049	4.140	34	25.895	125.565
Aquisição		10.897	289	1.370	8.143				20.699
Alienação e baixa		(629)							(629)
Transferências		8			4				12
Amortização	(41)	(6.774)	(118)	(1.187)	(4.786)		(8)		(12.144)
Em 31 de dezembro de 2010	218	58.780	1.979	12.285	29.410	4.140	26	25.895	132.733
Em 31 de dezembro de 2011									
Custo total	9.165	94.618	2.349	30.787	72.987	4.142	3.102	36.845	253.995
Amortização acumulada	(8.947)	(35.838)	(370)	(18.502)	(43.577)	(2)	(3.076)	(10.950)	(121.262)
Saldo contábil, líquido	218	58.780	1.979	12.285	29.410	4.140	26	25	

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

o Contrato. Em agosto de 2007, a Companhia propôs Medida Cautelar de Produção Antecipada de Provas, objetivando comprovar os serviços prestados referentes à primeira fase e resguardar a possibilidade de cobrança dos valores que lhe são devidos, tendo em dezembro de 2007 proposto ação ordinária pleiteando o ressarcimento e a indenizações pelos danos causados à Companhia, pelo não reconhecimento pela CAIXA da conclusão da primeira fase do serviço. A CAIXA também pleiteia ações indenizatórias contra a Companhia. A Medida Cautelar acima citada foi deferida em 2009, cumprindo as partes os requisitos legais exigidos, restando apenas a realização da perícia judicial. A Administração, com base na opinião de seus assessores legais, entende que o desfecho dessas ações judiciais será favorável à Companhia. A seguir sumarizamos os saldos em 31 de dezembro relacionados ao Projeto CAIXA:

	2011	2010
Intangível - sistemas de customização.....	14.567	15.099
Intangível - software Card 24.....	4.140	4.140
Total - sistemas de customização e software.....	18.707	19.239

(d) O saldo de ação na aquisição de investimentos refere-se ao resultado das incorporações dos ativos líquidos da Global Investments do Brasil Participações Ltda., da Marketsystem Ltda. e da Rail Sul S.A., amortizados até o final do exercício de 2008, sendo testado anualmente pela administração a partir de janeiro de 2009, para fins de avaliação de sua recuperabilidade. Os testes de recuperabilidade dos saldos dos ativos com vida útil indefinida foi efetuado no final dos exercícios de 2011 e 2010 considerando sua recuperação pelo valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado de cada unidade geradora de caixa, com base em projeções de crescimento contidas no plano de negócios da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração. As taxas de crescimento que foram utilizadas nas projeções são compatíveis com as taxas de mercado em que a Companhia atua, considerando melhora na produtividade do uso dos ativos da unidade CSU Contact e a taxa de desconto utilizada foi de 12% a.a. (2010 - 11,07% a.a.). Os resultados dos testes não indicaram perda de valor a ser reconhecida.

**10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTO MERCANTIL**

	2011	2010
Passivo Circulante		
Arrendamento Mercantil Financeiro (*).....	11.629	10.539
Empréstimos e Financiamentos (*).....	4.772	15.190
	16.401	25.729
Passivo não Circulante		
Arrendamento Mercantil Financeiro (*).....	20.200	15.097
Empréstimos e Financiamentos (*).....	32.040	13.079
	52.240	28.176
	68.641	53.905

(\*) Operações indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com spread de 0,11% a 0,4074% a.m. O vencimento final de contratos firmados até 31 de dezembro de 2011 ocorrerá até 31 de dezembro de 2016. Para os contratos de arrendamento mercantil, utilizados nos primeiros meses de 2011 e ainda não encerrados, a liquidação é estimada para até 30 de outubro de 2016. No terceiro trimestre, objetivando aumento de disponibilidades de caixa, alongamento da dívida e redução das taxas contratadas, houve captação de dois empréstimos com o Banco Bradesco no montante de R\$ 20.000, com carência para início de pagamento de 24 meses e vencimentos finais em agosto de 2016, remunerados ao CDI acrescidos de 1,95% a.a., além de repactuação das condições do empréstimo no montante de R\$ 11.160 com o Banco HSBC, passando seu vencimento para outubro de 2016, com carência de pagamento inicial de 18 meses, remunerado pelo CDI acrescido de 2,25% a.a. (a) Composição do saldo no passivo não circulante, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	2011	2010
2012.....		18.482
2013.....	12.935	5.001
2014.....	16.639	3.033
2015.....	13.604	1.660
2016.....	9.062	
	52.240	28.176

(b) Os empréstimos e financiamentos são garantidos por recebíveis no montante de R\$ 11.157 (2010 - R\$ 29.000) e/ou notas promissórias no valor dos contratos. Os contratos de arrendamento mercantil são garantidos pelos próprios bens objeto dos contratos. (c) As obrigações pelos contratos de arrendamento mercantil possuem prazo de pagamento que varia entre 36 e 60 meses e estão registrados pelo seu valor presente. Os encargos financeiros, que se referem substancialmente à variação do CDI, são registrados no resultado do exercício durante o prazo do arrendamento.

**11. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS**

Os saldos de salários e encargos sociais são compostos como segue:

	2011	2010
Salários a pagar.....	5.644	5.672
Encargos sociais.....	4.499	4.318
Provisão para férias.....	13.530	12.419
Provisão para gratificação a gestores.....	2.925	3.353
Outros.....	1.378	1.262
	27.976	27.024

**12. TRIBUTOS A COMPENSAR E A RECOLHER**

Os saldos de impostos e contribuições sociais a compensar e a recolher são compostos como segue:

	2011	2010
A compensar		
Ativo circulante		
Imposto de renda e contribuição social		
Imposto de renda.....	2.609	3.739
Contribuição social.....	873	708
	3.482	4.447
Demais tributos a compensar		
PIS e COFINS.....	861	1.125
INSS.....	346	
Outros.....	507	481
	1.714	1.606
A recolher		
Passivo circulante		
Demais tributos a recolher		
Imposto de renda retido na fonte.....	1.084	1.358
ISSQN.....	795	1.364
ISSQN parcelado.....		173
PIS e COFINS.....	1.126	2.051
Outros.....	113	286
	3.118	5.232
Passivo não circulante		
ISSQN parcelado.....		820
ISSQN.....		424
PIS e COFINS.....	335	14
	335	1.258

**13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS**

(a) Composição do saldo e movimentação

	2011	2010
Créditos fiscais diferidos		
Prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social.....	1.063	3.135
Diferenças temporárias		
Provisão para contingências.....	13.470	(2.662)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	4.073	(1.213)
Outras provisões.....	1.727	(37)
Regime Tributário de Transição (RTT)		
Plano de opções de ações.....	83	(17)
AVP de contas a receber de longo prazo.....		164
	20.416	(630)
Débitos fiscais diferidos		
Regime Tributário de Transição (RTT)		
Amortização de ágio.....	(3.758)	1.253
Arrendamento mercantil financeiro.....	(9.092)	1.320
	(12.850)	2.573
	7.588	9.509

(b) Período estimado de realização: A expectativa da Administração da Companhia é que os créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias, no montante de R\$ 19.353, serão realizados através dos resultados projetados dos próximos quatro anos. Em relação aos créditos fiscais sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 1.063, a expectativa da Administração é de recuperação integral em 2012. Abaixo é apresentado o cronograma estimado de realizações:

	Créditos	Débitos
2012.....	2.940	(469)
2013.....	2.344	759
2014.....	11.374	1.086
2015.....	3.758	5.036
2016.....		1.057
2017 a 2021.....		5.381
	20.416	12.850

As expectativas de recuperação dos créditos fiscais foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em conta diversas premissas financeiras de negócios, aprovadas pelos órgãos da Administração da Companhia. Portanto, as expectativas estão sujeitas a não se concretizarem e os

resultados reais podem apresentar variações em relação a essas expectativas.

**(c) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social:**

	2011	2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....	32.224	46.243
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas vigentes na legislação (25% e 9%, respectivamente).....	(10.956)	(15.723)
Ajuste para cálculo pela alíquota efetiva.....		
Despesas não dedutíveis (incluindo doações).....	(805)	(301)
Adicional de 10% da base de IRPJ.....	24	24
Incentivos fiscais.....	129	188
Juros sobre o capital próprio.....	2.541	2.638
Outros.....	(511)	(17)
Imposto de renda e contribuição social no resultado.....	(9.578)	(13.191)
Corrente.....	(7.635)	(10.650)
Diferido.....	(1.943)	(2.541)
	(9.578)	(13.191)
	29,7%	28,5%

(d) Regime Tributário de Transição (RTT): O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária. O regime foi optativo nos anos-calendário de 2009 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ). A partir do ano-calendário de 2010, sua adoção passou a ser obrigatória.

**14. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL (REFIS)**

Em novembro de 2009, a Companhia formalizou a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 6, de 22 de julho de 2009. Pela adesão ao novo programa de parcelamento, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, bem como desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, consequentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados. O saldo do passivo, circulante e não circulante, para amortização no período 60 meses, foi consolidado pela Receita Federal do Brasil em junho de 2011, restando, em 31 de dezembro de 2011, 33 meses para liquidação total. A movimentação dos valores devidos nos exercícios de 2011 e 2010 é demonstrada como segue:

	2011	2010
Em 1º de janeiro.....	15.793	16.223
Adição.....	1.492	
Atualização monetária.....	831	1.322
Reversão(s).....	(1.320)	
Pagamentos efetuados.....	(3.403)	(1.752)
Em 31 de dezembro.....	13.393	15.793
Passivo circulante.....	4.918	3.277
Passivo não circulante.....	8.475	12.516
	13.393	15.793

(\*) A reversão de provisão em 2011, no montante de R\$ 1.320, foi reconhecida no terceiro trimestre e refere-se a diversos débitos tributários inicialmente ingressados pela Companhia no REFIS IV que, porém, quando da consolidação pela Receita Federal do Brasil em junho de 2011, não tiveram sua exibilidade reconhecida. Em função do prazo prescricional já ter sido alcançado, foi efetuada a reversão desse montante no resultado do exercício.

**15. PASSIVOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

15.1. Na data das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos judiciais:

	2011	2010
Tributários.....	35.920	29.605
Trabalhistas e previdenciários.....	7.565	5.647
Reclamações civis.....	150	231
	43.635	35.483

15.2. Os valores apresentados abaixo correspondem ao saldo de depósitos judiciais, relacionados ou não a processos judiciais provisionados, classificados no ativo não circulante:

	2011	2010
Tributários.....	35.389	28.003
Trabalhistas e previdenciários.....	16.526	10.692
Reclamações civis.....	852	810
	52.767	39.505

15.3. A movimentação do passivo judicial nos exercícios de 2011 e 2010 está demonstrada a seguir:

	2011	2010
Em 1º de janeiro.....	35.483	28.615
Adições.....	10.908	8.747
Baixas.....	(3.857)	(3.500)
Transferências para REFIS.....	(1.365)	
Atualizações monetárias.....	2.466	1.621
Em 31 de dezembro.....	43.635	35.483

15.4. Natureza dos passivos judiciais: A Companhia no curso normal de suas operações é parte envolvida em processos trabalhistas, civis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial e, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, suportada pela opinião de seus consultores legais externos.

(a) Tributárias - correspondem a divergências de interpretação da legislação, principalmente em relação à introdução do regime de incidência não cumulativa da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), cujo montante em discussão está integralmente depositado judicialmente.

(b) Contingências trabalhistas e previdenciárias - consideram o estágio atual dos processos em andamento em caso de perdas prováveis. (c) Ações civis - são relacionadas a ocorrências comuns aos processos inerentes à prestação dos serviços. 15.5. Perdas possíveis: A Companhia é parte em ações de natureza tributária, civil e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2011	2010
Tributárias.....	3.087	4.294
Cíveis.....	643	590
Trabalhistas.....	26.668	31.119
	30.498	36.003

**16. COMPROMISSOS**

Para viabilizar suas atividades, a Companhia celebrou contratos de aluguel e de fianças bancárias, agrupados e caracterizados conforme segue: (a) Contratos de aluguel: Os contratos de aluguéis vigentes possuem prazos remanescentes de até três anos renováveis. Os pagamentos anuais futuros estimados de aluguéis são os seguintes:

Ano	2011	2010
2011.....		12.726
2012.....	15.779	12.958
2013.....	13.071	12.344
2014.....	2.137	2.839
	30.987	40.667

(b) Fianças bancárias: Com base nos contratos vigentes, as fianças bancárias apresentam as seguintes composições:

Modalidade	2011	2010
Fianças bancárias garantindo		
Contratos de aluguel (i).....	19.129	13.911
Processos judiciais (ii).....	9.634	5.991
Contratos de prestação de serviços (iii).....	2.484	4.706
	31.247	24.608

(i) Garantia prestada por instituições financeiras para assegurar o pagamento dos contratos de locação de imóveis. (ii) Garantia prestada por instituições financeiras para substituir depósitos judiciais em processos movidos contra a Companhia. (iii) Garantia prestada por instituições financeiras para assegurar o cumprimento de contratos de prestação de serviço a clientes.

**17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

17.1. Capital: O capital subscrito e totalmente integralizado é composto por 46.571.000 ações ordinárias (2010 - 48.571.597), sem valor nominal. O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 10 de novembro de 2011, decidiu pelo cancelamento de 2.000.597 ações ordinárias, que se encontravam em tesouraria, sem a alteração do seu capital social. Esta decisão foi submetida à deliberação dos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 28 de novembro de 2011, quando foi consignada e referendada a quantidade do referido número de ações representativas do capital social da Companhia, face ao cancelamento das ações, ou seja, 46.571.000 ações, com as alterações que se fizeram necessárias no Estatuto Social. 17.2. Reserva legal e de retenção de lucros: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A reserva de retenção de lucros foi constituída, a partir de 2009, para viabilizar o programa de investimentos e de redução do endividamento previstos nos orçamentos de capital da Companhia, bem como para suportar a manutenção do saldo de ações mantidas em tesouraria, em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76. 17.3. Ações em tesouraria: Durante os exercícios de 2011 e 2010, estiveram em vigência quatro programas de recompra de ações de emissão própria, autorizados pelo Conselho de Administração, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, objetivando a criação de valor para os acionistas em razão do valor de cotação das ações da Companhia na Bolsa de Valores nos respectivos períodos quando deliberados e, também, como forma de garantir a boa gestão do Plano de Opções de Ações (Nota 20), atendendo integralmente às exigências definidas na Instrução CVM nº 10/80, conforme alterada. Informações sobre tais programas são apresentados a seguir:

Data de conclusão	Quantidade de ações		Custo de aquisição por ação		
	Autorizadas a adquirir	Adquiridas	Média ponderada	Mínimo	Máximo
02/06/2009 a 02/06/2010.....	800.000	798.500	5,82	4,40	8,44
03/11/2010 a 03/11/2011.....	800.000	800.000	5,89	4,70	7,26
14/06/2011 a 13/06/2012.....	629.705	629.705	4,42	3,88	4,98
		(2.000.597)			
Ações canceladas (Nota 17.1).....		677.700		4,61	4,33
11/11/2011 a 09/11/2012.....	1.800.000	1.800.000			5,00
11/11/2011 a 31/12/2011.....	1.122.300	905.308			

em tesouraria soma R\$ 22.843. O valor de mercado das ações mantidas em tesouraria, calculado com

limites operacionais disponíveis junto a instituições financeiras de pelo menos 1,2 vez o faturamento mensal médio. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia por ano de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	2012	2013	2014	2015	2016
Fornecedores.....	15.730				
Empréstimos e financiamentos.....	4.853	5.661	10.531	10.314	7.142
Arrendamento mercantil.....	14.018	9.343	7.268	3.875	1.853
Programa de Recuperação Fiscal (REFIS).....	5.217	5.645	4.549		

Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa futuros nominais contratuais (não descontados), não conciliáveis com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil e Programa de Recuperação Fiscal (REFIS). A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação. (d) Risco de mercado: A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas atividades. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros, que podem afetar adversamente o valor dos ativos e passivos financeiros ou o fluxo de caixa futuro, bem como os resultados da Companhia. O risco de mercado é a perda potencial decorrente de mudanças adversas nas taxas de juros e nos preços de mercado. (e) Risco com taxa de juros: A exposição da Companhia a riscos das taxas de juros está relacionada principalmente à variação do CDI sobre seus empréstimos e financiamentos e contratos de arrendamento mercantil. As taxas de juros e vencimentos sobre esses contratos estão apresentadas na Nota 10. O risco de volatilidade dos juros está basicamente atrelado à variação do CDI. O valor estimado de mercado foi calculado com base no valor presente do desembolso futuro de caixa, usando taxas de juros que estão disponíveis à Companhia para a emissão de débitos com vencimentos e termos similares. O valor de mercado dos financiamentos aproxima-se de seus valores contabilizados. (f) Gestão de capital: O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice, apresentado no quadro a seguir, corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, enquanto o capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	2011	2010
Índice de alavancagem financeira.....	0,22	0,14

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**



CSU CardSystem S.A. | CNPJ nº 01.896.779/0001-38

www.csu.com.br



Índice de  
Ações com o Selo  
Cooperativas Cidadãs IGC

#### CONSELHO

**Marcos Ribeiro Leite**  
Presidente do Conselho

**Alexandre Eduardo Vasarhelyi**  
Alvaro Antônio Cardoso de Souza

**Antonio Fadiga**  
Antonio Kandir

**Ricardo José Ribeiro Leite**  
Rubens Barbosa

#### DIRETORIA

**Marcos Ribeiro Leite**  
Diretor Presidente

**Mônica Hojaij Carvalho Molina**  
Diretora de RI e Desenvolvimento Corporativo

**Ricardo José Ribeiro Leite**  
Diretor Financeiro

Contador Responsável  
**Sergio Luiz da Silva Ribeiro** - CRC: 1RJ 078679/O-7 "S" SP

#### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

##### CSU Cardsystem S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da **CSU Cardsystem S.A.** (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

##### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

##### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

##### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CSU Cardsystem S.A.** em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

##### Outros assuntos

##### Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

##### Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 9 às demonstrações financeiras, que se refere aos gastos incorridos com licença e customização de *software* específico ao projeto com a Caixa Econômica Federal, no ativo intangível, o qual não vem sendo utilizado tendo em vista o aguardo de realização de perícia judicial, de acordo com a medida cautelar de produção antecipada de provas, impetrada pela Companhia em 20 de agosto de 2007, onde busca resguardar a possibilidade de cobrança dos valores que lhe são devidos incluindo, entre outros, esses ativos, no montante de R\$ 18.707 mil. Além dessa medida, existem outras discussões judiciais e que envolvem pleito, pela Companhia, de indenizações e multas por danos causados e ações indenizatórias pleiteadas pela CEF. A administração da Companhia, baseada nas avaliações de seus assessores jurídicos, entende que terá êxito nas discussões judiciais em andamento e que, particularmente em relação à recuperação dos referidos ativos, os mesmos ocorrerão tendo por base o direito contratual de cobrar a Caixa Econômica Federal ou, ainda, a capacidade de realização dos investimentos efetuados por meio da utilização na prestação de serviços a outros clientes. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 não incluem provisões para perdas em relação aos ativos registrados ou qualquer outro ajuste em decorrência dessas incertezas. Nosso relatório não está ressalvado em função desse assunto.



**PricewaterhouseCoopers**  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 5 de março de 2012

**Estela Maris Vieira de Souza**  
Contadora  
CRC 1RS046957/O-3 "S" SP